

Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local organiza Seminário Internacional:

Segurança e saúde no trabalho

O Centro de Artes de Águeda acolheu, no dia 9 de Maio, um seminário subordinado às condições de trabalho. A iniciativa, desenvolvida pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local (STAL), contou com cerca de 600 participantes (activistas sindicais, estudantes universitários, técnicos de segurança e saúde no trabalho, dirigentes da Administração Local e autarcas) e com intervenções de grande qualidade dos oradores convidados. Dependências esteve presente no evento, onde entrevistou António Augusto, em representação do STAL, e Arménio Carlos, Secretário-Geral da CGTP.

António Augusto, STAL

Depois de um profícuo trabalho, chega ao fim este seminário... Como o avalia?

António Augusto (AA) – Foi um dia de uma grande ação de Segurança e Saúde no Trabalho, de boas intervenções, de bons oradores, foi um dia em que desfrutámos do que fizemos ao longo de um mês e considero que levámos a água ao nosso moinho... Foi um seminário que ajudou em muito na área de SST os quase 600 trabalhadores que aqui estiveram presentes, representando o País desde Trás-os-Montes aos Açores, e que resulta em mais uma lição a alguns presidentes de câmara, que não querem dar formação nesta área e alguns deles no Distrito de Aveiro impediram os seus trabalhadores de participarem neste e noutros seminários.

Em que medida poderá falar-se em segurança no trabalho quando assistimos a inúmeros casos de discriminação?

AA – A reflexão que fazemos relativamente à área da segurança e saúde no trabalho é que o Governo nada faz para que haja mais simplicidade no processo para a eleição de RTs, para que exista mais fiscalização, formação e por sua vez mais queixas à ACT. Existem câmaras municipais miseravelmente desprotegidas, tais como os seus trabalhadores, que não têm condições de trabalho e o STAL continua a lutar por melhores condições de trabalho, necessárias e eficientes para os trabalhadores. E continuaremos a demonstrar a alguns senhores presidentes de câmara que a segurança e saúde no trabalho, é necessária para que se acabe com a toxicode-



António Augusto

pendência, o álcool, as drogas, o burnout, o assédio moral e sexual, etc. serão sempre a nossa luta nesta área, para que uma vez por todas acabem os problemas e que não haja discriminação, perseguição, trabalho solitário e outros.

Será esta área o parente pobre da luta dos trabalhadores?

AA – Sim, claro que é, principalmente da Administração Local porque é aí que muitos presidentes de câmara têm mais interesse noutros objetivos, nomeadamente em apresentarem obra feita e muitos esquecem os trabalhadores que trabalham, sem condições de trabalho, com falta de proteções e segurança, principalmente esquecem-se dos regulamentos nacionais e internacionais da segurança e saúde no trabalho

aos quais têm que ser asseguradas condições de segurança, de saúde e de medicina no trabalho. Este é mais um alerta do STAL e por isso iniciámos uma campanha, que visa uma melhoria substancial das condições de trabalho para os trabalhadores da administração local.

Destacaria algum tema em particular, desenvolvido neste seminário?

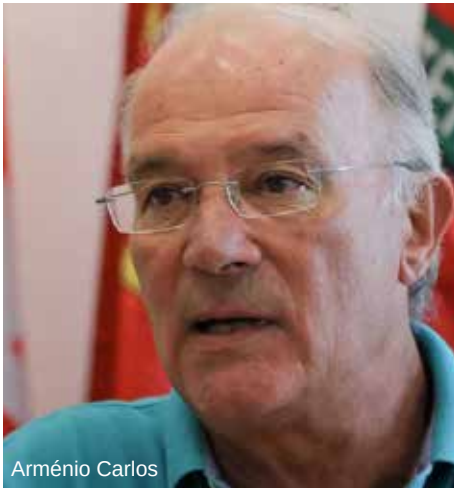
AA – Sim, destacaria o tema da depressão. É algo que se vai notando cada vez mais na administração local, onde constatamos que existem cada vez mais pessoas com esta doença, muito por pressão de colegas ou dos presidentes de câmara, que acabam por isolar o trabalhador e sujeitá-lo à depressão. Por tudo isto, considero que a temática da medicina do trabalho, que hoje desenvolvemos aqui em torno de fenómenos como a depressão ou o absentismo, resultou numa das melhores audições que tivemos. As pessoas têm que acordar para este fenómeno de bullying criminoso...

Arménio Carlos, Secretário-Geral CGTP

Feito o diagnóstico, que resulta vergonhoso para o poder local, o que poderá a CGTP fazer?

Arménio Carlos (AC) – O que entendemos é que não basta constatar que há problemas nos locais de trabalho e falar, em termos gerais, da importância da saúde e segurança no trabalho. É preciso tomar medidas, desde logo de prevenção e isso implica alteração da legislação do trabalho, essa sim, que desequilibrou as relações de trabalho, facilitou a vida às entidades patronais e, acima





Arménio Carlos

de tudo, criou condições para a intensificação dos ritmos de trabalho, para a desregulação dos horários e para o aumento do assédio sobre os trabalhadores que, em simultâneo com a precaridade e os baixos salários, acabaram por originar problemas que se agravam ao longo do tempo. Nomeadamente no que respeita à sinistralidade mas igualmente às doenças profissionais. Hoje, aumentou claramente o número de trabalhadores com depressões, que não resultam do acaso mas da pressão a que são sujeitos nos locais de trabalho. Por outro lado, entendemos que este é também o momento para, do ponto de vista do Governo mas também da ACT e dos próprios tribunais, olhar de outra forma para os locais de trabalho. Estamos a falar, desde logo, da importância da prevenção mas, depois, quando somos confrontados com problemas, é preciso também assegurar uma reparação justa do que tem a ver com os sinistrados de trabalho, algo que não está a acontecer. Temos aqui um longo caminho a percorrer mas também entendemos que este é o momento certo para resolvermos de vez o problema.

Uma das grandes conquistas de abril resultou no poder local democrático... Mas percebemos aqui hoje que, de democrático, este poder está a ter muito pouco e que as autarquias mais parecem empresas privadas, não respeitando direitos elementares dos seus trabalhadores...

AC – Não querendo generalizar a situação ao nível de todo o poder local democrático que existe no país, é certo que, aqui, aplica-se a velha máxima: o pior exemplo é sempre o primeiro



a ser seguido... O que verificamos é que, num quadro de alteração da legislação do trabalho, em que os trabalhadores do setor público, particularmente da administração local, foram profundamente sacrificados face às políticas da troika e do anterior Governo, continua hoje a haver situações de locais de trabalho em alguma autarquias que não reúnem o mínimo de condições nem de salubridade, nem de resposta a um conjunto de riscos que hoje se colocam. Também aqui, é necessário haver um outro olhar das autarquias que não oferecem as condições de trabalho adequadas para que, rapidamente, invistam porque a melhoria das condições de trabalho dos seus profissionais está diretamente associada à melhoria da qualidade dos serviços que podem prestar às populações.

A CGTP lidera um grande projeto europeu, o Euridice, que visa a prevenção dos CAD em meio laboral... Em que medida faria ainda falta a sua aplicação em muitas autarquias?

AC – Concorde... Como sabe, temos atualmente graves problemas aos mais variados níveis e, portanto, desse ponto de vista, a nossa participação nesse projeto não só tem sido importante, como consideramos fundamental a nossa continuidade. Os problemas não se resolvem apenas com a constatação dos mesmos

mas antes com intervenção de quem conhece, quem sabe e quem pode ajudar no terreno. E essa é a nossa missão: não nos limitamos a criticar e a identificar. Vamos mais longe: primeiro identificamos, depois criticamos e, por fim, apresentamos saídas e soluções.

Estes problemas estão relacionados com a inexistência da contratação coletiva?

AC – Creio que é por demais evidente que o facto de haver bloqueamento da negociação da contratação coletiva acaba, desde logo, por prejudicar os trabalhadores. Em primeiro lugar, no setor privado, porque não veem os seus salários atualizados anualmente mas também no setor público, em que o Governo está a ter um comportamento, na nossa opinião, inadmissível, porque não actualiza os salários dos trabalhadores até ao momento. Em segundo lugar, porque a contratação coletiva é um instrumento de relação entre as entidades patronais, sejam públicas ou privadas, e os trabalhadores, representados pelos sindicatos que, por si mesmo, pode dar contributos positivos que se situem acima daquilo que a lei estabelece como mínimos. Ora, se a contratação coletiva está bloqueada, imediatamente, em vez de melhorarmos a resposta a estes problemas de saúde e segurança no trabalho, introduzindo normas mais favoráveis e avançadas do que a lei esta-

